



Iniciativas contestatórias no campo das sementes: estratégias de luta e agentes no debate internacional

Contestatory initiatives in the field of seeds: Fighting strategies and agents in the international debate

GRIGOLO, Serinei César¹; FERNANDES, Patrícia²; RAMOS, Celso Eduardo Pereira³;

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, serineister@gmail.com; ² Universidade Tecnológica Federal do Paraná, patriciaf <patriciaf@utfpr.edu.br>; ³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, celedura <celedura@utfpr.edu.br>

Eixo temático: Biodiversidade e Bens Comuns dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais

Resumo: É amplamente reconhecida a existência de movimentos contestatórios ao mercado das sementes de origem industrial, instituído por agentes que se mobilizam em defesa das sementes crioulas. A natureza das sementes usadas na agricultura vêm sendo objeto de luta social, com disputas em múltiplos níveis, como na ciência e na política. Contudo, este artigo privilegia o estudo das iniciativas dos agentes contestatórios internacionais. Analisa-se o fato como um processo histórico, tendo como perspectiva as disputas contra os agentes dominantes do campo expressadas em suas produções bibliográficas. As principais narrativas contestatórias encontradas são sobre: os impactos ambientais, os aspectos normativos que regulam o campo das sementes e os usos da ciência e das tecnologias.

Palavras-chave: Sementes crioulas; Agrobiodiversidade; Movimentos sociais; Agroecologia.

Keywords: Native seeds; Agrobiodiversity; Social movements; Agroecology.

Introdução

As análises neste artigo trazem os agentes internacionais e suas narrativas de resistência à naturalização das sementes de origem industrial, especialmente aqueles que contestam essa tendência mediante elaboração da crítica ao discurso dominante. Scandizzo (2009) aponta para uma possibilidade metodológica de aproximação às disputas constituídas considerando-se, em nível discursivo, as narrativas que se propõem a desvelar a realidade. Trata-se, portanto, de identificar discursos que – como narrativas – se referem à forma como os agentes enunciadore acreditam que um evento foi causado e como as ações humanas explicam as transformações de um estado para outro. Ao investigar as narrativas sobre a agricultura, o autor identifica a convivência de duas grandes narrativas opostas: uma narrativa “moderada” ou conservadora a qual se opõe uma narrativa “radical” ou contrária. Para o autor, a narrativa conservadora é uma narrativa de conquistas, contadas como histórias evolutivas, como se avanços científicos fossem ininterruptos e a evolução da agricultura mundial caracterizada por seus aumentos crescentes de produtividade. A narrativa oposta, classificada como radical, contesta a versão moderada, referindo-se, por exemplo, ao esgotamento dos resultados obtidos pela revolução verde, bem como revela que os supostos benefícios da



biotecnologia ainda não se materializaram e que só os grandes agricultores se beneficiam do aumento da adoção das sementes modificadas. Argumentam que embora os pequenos agricultores sejam mais eficientes, recebem apenas benefícios marginais (SCANDIZZO, 2009).

Identificamos na literatura narrativas em torno aos impactos ambientais do modelo de agricultura industrial; em torno do enfoque da legislação no campo de sementes; em torno da relação entre biotecnologia e desenvolvimento e das implicações dos transgênicos para a saúde e meio ambiente, bem como sobre a suposta neutralidade política da introdução de sementes melhoradas e transgênicas. Diante dessa amplitude de temas, será feita, portanto apenas uma aproximação geral à diversidade de agentes e narrativas, com base em revisão bibliográfica. Este artigo tem por objetivo identificar os agentes e suas narrativas contestatórias no campo das sementes no nível internacional.

Metodologia

Trata-se de um estudo bibliográfico que identificou agentes contestatórios do campo das sementes e suas principais narrativas. A interpretação foi realizada tomando-se como referencial a noção de “campo”, de Bourdieu (2004), analisado como “campo das sementes”. A noção de campo é aqui compreendida como um universo de lutas onde estão agentes e instituições, situados entre dois polos opostos, que disputam posições no campo, visões de mundo e interesses, que tendem a conservar ou a transformar este campo de forças. No caso do “campo das sementes”, disputam definições e o controle sobre as mesmas. Inspira-se em Scandizzo (2009) para classificar os discursos dos agentes como narrativas contestatórias. Procedeu-se a pesquisa em publicações históricas que revelam as gêneses das estratégias contestatórias que influenciam a emergência das narrativas no Brasil.

Resultados e Discussão

A contestação dos impactos ambientais do modelo de agricultura industrial enunciado pela Revolução Verde já se iniciara, a nível mundial, desde 1960 com publicações acadêmicas que denunciavam os danos ao meio ambiente e que tiveram influência na emergência de movimentos ambientalistas locais e globais (LUZZI, 2007). Um exemplo de publicação mais citada é a obra “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, publicada em 1962. Já a contestação dos princípios subjacentes à legislação do campo de sementes se inicia na década de 1970, como resistência a lei de proteção de cultivares que exigiam homogeneidade, padronização, distinção e estabilidade para o registro de uma cultivar. Nos anos 80, a lei de patentes acentua o controle das empresas sobre os recursos genéticos. Se proliferavam iniciativas relacionadas ao reconhecimento de direito do melhorista, por exemplo na Austrália, no Canadá e na Irlanda, ao mesmo tempo que a erosão da diversidade genética já estava ficando evidente aos cientistas e movimentos sociais. (MOONEY, 1987).



Pat Mooney ressalta o trabalho pioneiro de Erna Bennett, da FAO, que a partir de 1957 realiza uma coleta de recursos genéticos a nível mundial. Ela, que teria cunhado o termo “recurso genético”, denunciava que os mesmos estariam se perdendo devido à substituição das sementes tradicionais por sementes industriais. Bennett foi uma das fundadoras da Rural Advancement Fund International - RAFI, originária por sua vez de uma organização denominada The National Sharecroppers’ Fund criada em 1930, nos EUA (ETC GROUP, 2015). Hoje, a organização é conhecida como ETC Group. Nasceu assim um dos principais agentes contestatórios do campo das sementes de influência internacional.

Em 1978, o documento “Alimento para o Povo” produzido pelo SCIC (Saskatchewan Council for International Co-operation) expressava a contrariedade à lei de sementes que estava por ser aprovada no Canadá, que afetava o direito do melhorista e tornava os recursos genéticos privados. Mobilizados por este trabalho, ativistas produziram, em 1978, um documento intitulado “Recursos Genéticos e os Direitos dos Melhoristas” que influenciou o debate em toda a Europa. Em 1979, Cary Fowler publica o livro *The Graham Center Seed Directory* considerado a primeira publicação sobre as questões políticas em torno da perda das sementes tradicionais. Também, neste mesmo ano, Pat Mooney publica o livro *Seeds of the Earth*, traduzido em sete línguas, que constitui uma vigorosa crítica geopolítica da erosão genética, do direito dos melhoristas, das fusões de empresas e do controle de sementes e agroquímicos, originados da Revolução Verde. Publicações como *Seeds of the Earth*, de 1979; *Law of the Seed*, de 1983 impactaram na formulação do Compromisso Internacional sobre Recursos Genéticos Vegetais adotado pela FAO em 1983. Em 1989 a FAO adota os “Direitos dos Agricultores” sugeridos pela ETC à Comissão de Recursos Fitogenéticos da FAO em 1985 (HARDON; MONTECINOS; ROBERTS. 2005, p. 9). Apreende-se que o resultado da imposição das referidas regras para o campo das sementes foi a perda de biodiversidade e perda de poder dos agricultores e desta forma propõem soluções como a preservação de germoplasma com base comunitária (GRAIN, 2005).

A discussão dos anos 70 e início dos anos 80 refere-se à preservação dos recursos e, sobretudo, às disputas em torno à apropriação desses recursos. Deste então fica explícito a disputa pelo controle da “riqueza” genética (MARTÍNEZ, 1998). Entendemos que o subtítulo do livro de Pat Roy Mooney (*Seeds of the Earth: A Private or Public Resource?*) traduz as disputas da época. A evolução da legislação sobre direitos de propriedade intelectual foi coordenada pela União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV).

A narrativa dos agentes contestatórios destaca os riscos que a privatização dos recursos genéticos implica em termos de dependência do capital privado para alcançar interesses nacionais de soberania e segurança alimentar – sobretudo num contexto de expansão, internacionalização e concentração corporativa nas indústrias de sementes. Ou seja, esses atores defendem as sementes como recurso essencial para a sobrevivência dos povos / nações sob o controle público.



A contestação das relações positivas entre biotecnologia e desenvolvimento, ou seja, as “promessas” associadas à “revolução biotecnológica” são bem contestadas por Shiva (2011), que assegura que as plantas geneticamente modificadas não aumentaram a produção. Uma nova justificativa para o uso das técnicas da engenharia genética vem sendo a adaptação das plantas à seca, a solos inaptos e ao “aquecimento global” (PESSANHA; WILKINSON, 2003, p. 273). Um dos exemplos emblemáticos de crítica encontra-se na obra *The Laws of Life: Another Development and the New Biotechnologies*, publicada em 1987 e que procurava evidenciar a incompatibilidade de alcançar “Outro desenvolvimento” (no Terceiro Mundo) a partir da trajetória biotecnológica.

As narrativas sobre as implicações da transgenia para a saúde e o meio ambiente se estabeleceram em torno à noção de “segurança” para consumo humano e como fator de risco para equilíbrio ambiental, alimentando intensa controvérsia científica, que tem sido justificativa para a adoção do princípio de precaução. As principais ações contra os transgênicos ocorreram em diversas partes do mundo entre 1996 ao ano 2000, que foi o momento da liberação comercial dos cultivos transgênicos (PESSANHA e WILKINSON, 2003, p. 273).

As narrativas de contestação do discurso sobre a neutralidade política da introdução de sementes transgênicas conduz a um movimento de afirmação de identidades culturais diferenciadas, ou seja, de respeito e valorização da diversidade cultural, orientadas ao *buen vivir*, que rejeita o regramento internacional sobre o uso das sementes à grupos sociais caracterizados como comunidades tradicionais (TOLEDO; ESPEJEL, 2014). Um conjunto de fatores traz à cena a relação das populações tradicionais com a biodiversidade (e nesta, com as sementes). Um dos aspectos a considerar é que as maiores fontes de biodiversidade (hot spots) estão em países em desenvolvimento. A ONG GRAIN defende “o livre fluxo, tanto de germoplasma como de conhecimento, o uso de variedades adaptadas localmente, sistemas agrícolas diversificados e complexos e a livre comercialização” (p. 117). Esta perspectiva tem fundamentado a oposição à extensão da legislação das sementes e à utilização de transgênicos em muitos países, interpretando-o como ameaça à identidade cultural.

Conclusões

Como podemos observar, as narrativas internacionais, bem como seus principais enunciadores, constituem-se estratégias contestatórias globais. São portanto movimentos consistentes, com inserções importantes em acordos globais sobre o uso e controle de recursos genéticos e são sobretudo enunciadores de princípios e visões de mundo que se dão na disputa do campo das sementes. As principais narrativas contestatórias encontradas são sobre: os impactos ambientais, os aspectos normativos que regulam o campo das sementes e os usos da ciência e das tecnologias. Contudo, este artigo sugere a continuidade dos estudos sobre a



influência destes movimentos em estratégias locais de resistência e de contestações no Brasil, que se fazem contra os agentes dominantes do campo no sentido da renovação das estratégias de luta. Por limitação de espaço, o presente artigo limita-se a abordagem internacional.

Agradecimentos

A Dr. Vivien Diesel, do programa de pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria-RS pelas orientações que cercam este estudo.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. **Usos sociais da ciência**. São Paulo: Unesp, 2004. 86p.

ETC GROUP. **Action Group on Erosion, Technology and Concentration**. Mission & Current focus. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/mission>. Acesso em: 07 de setembro de 2015.

GRAIN. Seed laws: Imposing agricultural apartheid. **Seedling**, 2005. p. 1-3.

HARDON, J.; MONTECINOS, C.; ROBERTS, T. ETC **Group external review, report**. 2005.

LUZZI, N. **O debate Agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de ciências Humanas e Sociais, 2007.

MARTÍNEZ, A.A realidade dos agricultores e as abstrações internacionais. In: SOARES, A. C. **Milho crioulo**: conservação e uso da biodiversidade. ASPTA, 1998.

MOONEY, P.R. **O Escândalo das Sementes**: o domínio na produção de alimentos. Trad. Adilson D. Paschoal. São Paulo: Nobel. 1987. 145p.

PESSANHA, L.D.R.; WILKINSON, J. Transgênicos provocam novo quadro regulatório e novas formas de coordenação do sistema agroalimentar. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 20, n. 2, p. 263-303, 2003.

SCANDIZZO, P.L. et al. Science and technology in world agriculture: narratives and discourses. **AgBioForum**, v. 12, n. 1, p. 23-33, 2009.

SHIVA, V. Introduction. In: SHIVA, V.; BARKER, D.; LOCKHART, C. **The GMO emperor has no clothes**. Navdanya International: Florence, Italy and New Delhi, India, 2011.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia

Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



TOLEDO, V.M.; ESPEJEL, B.O. **México, regiones que caminan hacia la sustentabilidad: una geopolítica de las resistencias bioculturales.** 2014.